

Informe DESIN

Boletim 916/2016 – Ano VIII – 03/02/2016

DCI

www.dci.com.br

União deve ser pressionada a elevar gastos sociais diante do desemprego

Para especialistas, a queda da renda média do brasileiro e a possibilidade da desocupação chegar a 12% vai forçar estados e municípios a reivindicarem mais recursos para a saúde e educação

São Paulo - Com recessão e expectativa de que a taxa de desemprego chegue a dois dígitos nesse ano, o governo federal deve sofrer pressão para elevar os gastos sociais, principalmente por parte dos governos estaduais e municipais.

"A queda da renda e o desemprego estão forçando as famílias a trocarem a escola privada pela pública. Quem perde o trabalho, perde também o seu plano assistencial e, portanto, passa a frequentar o sistema público de saúde", comenta Cristina Helena, economista e professora da ESPM, em São Paulo.

"Diante do quadro recessivo, os gastos com saúde e educação devem ser as despesas sociais que mais sofrerão pressão em 2016. E o impacto vai ser mais localizado, nos estados e municípios, porque esses são os entes que mais concentram atribuições nessas áreas", complementa a professora.

Com isso, prefeituras e estados tendem a reivindicar mais recursos junto à União, em um momento em que as transferências federais registram baixa. Em 2015, esses repasses caíram 5,8% ante 2014, para R\$ 215 milhões.

Já as transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) desaceleraram alta em 2015. No ano, as liberações cresceram 13% (para R\$ 13,9 bilhões), em relação a 2014. Já entre 2013 e 2014, a expansão foi de 17%.

Na corrida para conseguir receita em 2016, a presidente Dilma Rousseff chegou a propor ontem dividir a arrecadação da CPMF entre os estados e municípios, como forma de tentar aprovação do tributo, decisão que se arrasta desde 2015 nas discussões entre legislativo e executivo.

Para Cristina Helena, outra pressão pode vir da Previdência Social, impactando, nesse caso, o caixa da União de forma direta. "Diante do desemprego, é possível que algumas

1

InformeDESIN

aposentadorias sejam antecipadas. Mesmo que isso aconteça pelo fator previdenciário que, muitas vezes, reduz o valor do benefício, pode compensar em casos onde a pessoa não possui renda nenhuma", afirma Cristina Helena. As despesas com a Previdência cresceram 38,4% em 2015, ante 2014, para R\$ 85,6 bilhões.

Dois dígitos

O último dado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostra que a taxa de desemprego chegou a 8,9% no trimestre encerrado em setembro de 2015, ante 6,8% no mesmo trimestre de 2014.

De acordo com estimativas de especialistas, o percentual pode chegar de 10% a 12% neste ano. O Brasil não registra taxa de desocupação na casa dos dois dígitos desde o ano de 2006, segundo o IBGE.

Já a renda média da população alcançou valor de R\$ 1.871 entre julho e setembro de 2015. No trimestre encerrado em junho do mesmo ano, a renda alcançava R\$ 1.906.

Agostinho Pascalicchio, professor do Mackenzie ressalta que as despesas com seguro-desemprego também devem crescer com a perspectiva de alta da desocupação. Em 2015, esse gasto expandiu 3%, a R\$ 38 bilhões. No orçamento de 2016, a rubrica das despesas com seguro-desemprego é de R\$ 34 bilhões, o que para Pascalicchio está superestimado. Segundo ele, o orçamento não está em linha com os indicadores de mercado. Enquanto o governo prevê queda de 1,6% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, as projeções do mercado apontam recuo de 3%. Para o professor, com a arrecadação em queda, se os gastos com o benefício aumentar muito, o governo vai acabar se endividando no mercado, pressionando a dívida bruta.

Bolsa Família

Antônio Carlos Alves dos Santos, professor da PUC-SP, avalia que os dispêndios com o Bolsa Família não devem ter crescimento relevante. "Apesar da recessão estimular as pessoas a procurarem o programa, nem sempre elas se enquadram. Para participar, tem que ter uma renda 'baixíssima'. É um limite restrito", diz Santos. Ele ressalta ainda que, como os gastos sociais são rígidos, esses não serão impactados negativamente, mesmo com a contenção de despesas que o governo federal precisa fazer. "Diante da recessão, vai ser bem difícil o setor público alcançar superávit primário positivo em 2016. Principalmente de 0,5% do PIB", finaliza.

Paula Salati

InformeDESIN

No ABC, 1,5 mil ficarão em licença até maio

- A Mercedes informou nesta terça-feira (2) que 1,5 mil funcionários da planta de São Bernardo do Campo (SP) serão colocados em licença remunerada por tempo indeterminado a partir do próximo dia 17 de fevereiro.

O grupo faz parte do atual excedente da empresa, que supera 2 mil funcionários em São Bernardo. "O ano de 2016 começou com o mercado de veículos comerciais ainda mais baixo, sinalizando que terá um volume de vendas inferior a 2015, que já foi bastante ruim", afirmou a Mercedes em comunicado.

Os funcionários envolvidos na decisão fazem parte do grupo de 9 mil empregados que aderiram ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) no fim de 2015.

Com a nova medida, o grupo terá quatro dias de PPE por mês até maio e "os demais serão considerados como licença remunerada". A montadora informa que deve reavaliar a situação do grupo ao longo de maio. "Desde 2014, a Mercedes vem adotando diversas medidas para administrar a ociosidade na planta do ABC, enquanto não há sinais de recuperação do mercado", informa.

Atividade industrial deve seguir fraca em 2016, após cair 8,3% no último ano

Retração da indústria no ano passado foi a mais intensa desde o início da série histórica em 2003. O IBGE destacou queda disseminada em 25 dos 26 ramos e em 78,3% dos produtos pesquisados

São Paulo - A produção industrial deve continuar fraca no início deste ano, depois de registrar um dos piores desempenhos da história em 2015, avaliam economistas. A atividade caiu 8,3% no ano passado ante 2014, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O indicador geral do IBGE apresentou queda pelo 22º mês consecutivo, na comparação anual. "Esse foi o maior recuo desde o início da série histórica em 2003, inclusive

InformeDESIN

suplantando a perda de 7,1% observada em 2009", afirmou o gerente de pesquisa do IBGE, André Macedo.

Além de confirmar a perspectiva negativa de economistas e industriais, a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, não indica estabilidade ou possível retomada da produção para os próximos meses.

"A atividade econômica dá sinais reiterados de piora como um todo. O processo de ajuste macroeconômico derivado do choque de preços administrados e da depreciação cambial, apesar de ter um efeito benéfico no médio prazo, ainda vai continuar a deteriorar a atividade ao longo de janeiro", destacaram analistas da Gradual Investimentos, em relatório.

Na visão dos analistas do Itaú, a baixa confiança dos empresários e o elevado nível de estoques podem limitar a atividade no curto prazo. "O resultado da produção industrial reforça um viés de baixa para o crescimento do PIB em 2016", observou a equipe do banco, em relatório.

Em janeiro, a indústria brasileira teve nova queda nas encomendas de acordo com o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado na segunda-feira (1) pelo Markit e HSBC.

O indicador atingiu 47,4 pontos em janeiro ante 45,6 pontos em dezembro, abaixo dos 50 pontos que separam alta de declínio.

"Com a demanda ainda fraca, especialmente no mercado doméstico, e o impasse político, as chances de uma retomada em breve são pequenas", destacou o economista sênior do Markit, Rob Donson.

Para a equipe da Gradual, a opção dos empresários é manter margens de retorno baixas, em função da demanda retraída no mercado doméstico. "Este é o feito desejado do aperto monetário em curso.

Há que se considerar, contudo, que ao longo do ano o setor externo tende a melhorar a atividade pela ponta comercial, mas recentes informações da China impõem cautela."

O economista Nelson Marconi, da Fundação Getulio Vargas (FGV), também vê no setor externo uma oportunidade para este ano, embora a expectativa para o mercado interno ainda seja negativa. "O volume de exportações de produtos industrializados já mostra sinais de melhoria e [há] um indício do processo de substituição de importados.

InformeDESIN

Ambos os fatores podem arrefecer a queda da produção industrial esperada para 2016", disse Marconi.

O indicador antecedente do HSBC apontou que, em janeiro os novos pedidos para exportação cresceram pelo segundo mês seguido, na melhor taxa dos últimos seis anos favorecidos pelo fortalecimento do dólar em relação ao real.

Categorias

No ano passado fabricação de bens de capital (-25,5%) teve a queda mais intensa sobre 2014, seguida por bens duráveis (-18,7%), semiduráveis e não duráveis (-6,7%) e bens intermediários (-5,2%).

De novembro para dezembro de 2015, enquanto as demais categorias registraram ligeiro avanço, a produção de bens de capital continuou em baixa (-8,2%). "O setor de bens de capital continua encolhendo.

Isso é grave não só por ter sido o maior recuo do ano todo, mas principalmente porque pode indicar uma nova rodada de queda do investimento", ressaltou o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (ledi).

Para os economistas do ledi, a baixa demanda por bens de capital pode refletir uma "piora adicional das decisões de investir na economia que, bem ou mal, deve se alastrar para os demais segmentos industriais".

O levantamento do IBGE mostra que houve recuo em 25 dos 26 ramos e 78,3% dos 805 produtos analisados no último ano. O ramo extrativo (mineração e petróleo) foi o único a registrar desempenho positivo em 2015, com alta de 3,9%.

"Chama a atenção para o resultado de 2015 não só a magnitude da queda, mas o espalhamento entre as categorias", disse André Macedo, do IBGE.

Os indicadores, segundo ele, mantiveram na passagem de novembro para dezembro o comportamento de queda registrado desde o segundo semestre de 2014.

Jéssica Kruckenfellner

(Fonte: DCI – dia 03/02/2016).

InformeDESIN



Nem programa do governo impede dispensa de trabalhador

Mercedes dará licença remunerada e Volks suspenderá contratos, mesmo depois de terem aderido ao PPE

CLEIDE SILVA - O ESTADO DE S.PAULO

Sem perspectivas de melhora no mercado, a Mercedes-Benz, fabricante de caminhões e ônibus, vai dar licença remunerada por tempo indeterminado para 1,5 mil trabalhadores da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) a partir do dia 17. O número equivale a 20% da mão de obra da área de produção. Já a Volkswagen vai colocar cerca de 800 funcionários em lay-off (suspenção temporária dos contratos) por cinco meses também na fábrica do ABC Paulista. Com isso, aumenta para 2 mil o total de operários da unidade em lay-off, ou 10% do quadro de pessoal da linha de montagem dos modelos Gol, Saveiro e Jetta.

Produção de caminhões e ônibus na Mercedes caiu mais de 40% em janeiro. As duas fábricas adotam o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que reduz jornada e salários dos funcionários em 20%. Mas a medida, lançada pelo governo no ano passado para tentar evitar demissões, não tem sido suficiente. “O mercado em 2016 começou pior do que os níveis de 2015, que já foram muito baixos”, diz o diretor de Comunicação e Relações Institucionais da Mercedes-Benz, Luiz Carlos de Moraes. “E não vemos nenhum sinal de melhora pelo menos até maio, quando vamos reavaliar a medida adotada agora.”

A produção de caminhões e ônibus na empresa caiu mais de 40% em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2015, segundo dados fornecidos pela empresa ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A Mercedes afirma ter atualmente mais de 2 mil trabalhadores excedentes.

Licença e PPE. Segundo a Mercedes-Benz, como os funcionários participam do PPE e não trabalham quatro dias por mês – programa iniciado em setembro e válido até maio –, a licença remunerada (sem descontos futuros) será considerada para os demais dias.

InformeDESIN

No PPE, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) banca metade do corte dos salários – nesse caso, 10%. No período do lay-off, cada trabalhador recebe parte do salário (cerca de R\$ 1,4 mil) também do FAT e frequenta cursos de qualificação.

Na Volkswagen, os 800 trabalhadores ficarão em casa na semana do carnaval, junto com todos os demais funcionários, emendam essas folgas com 20 dias de férias coletivas e, na sequência, entram em lay-off, somando-se a outros 1,2 mil trabalhadores que já estão nesse programa, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos. A montadora não comentou o assunto. As vendas totais de caminhões e de ônibus no mercado brasileiro caíram 43% no mês passado em relação aos números de um ano atrás, para 4,3 mil unidades e mil unidades, respectivamente. As de automóveis recuaram 40%, para 108,5 mil unidades, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade).

Carnaval mais longo. Nesta semana, a General Motors também informou que demitiu 517 de um grupo de funcionários que estava em lay-off e que deveria ter retornado ao trabalho na segunda-feira na unidade de São José dos Campos (SP). A Ford abriu um programa de demissão voluntária (PDV) na fábrica de Camaçari (BA). Diversas montadoras anunciaram que vão parar a produção durante toda a semana do carnaval, algumas por períodos mais longos, entre elas a Volvo, de Curitiba (PR) e a General Motors nas filiais de Gravataí (RS) e Joinville (SC).

Demissões. No ano passado, com forte queda nas vendas, a indústria automobilística demitiu 14,7 mil trabalhadores e, hoje, as fábricas empregam menos de 130 mil pessoas. A produção de veículos caiu 22,8% em 2015, chegando a 2,4 milhões de veículos. Para este ano, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) projeta uma estabilidade na produção, tendo como base um crescimento de 8% nas exportações (para 451 mil veículos) e uma nova queda de 7,5% nas vendas domésticas (para 2,37 milhões de unidades).

(Fonte: Estado SP – dia 03/02/2016).

InformeDESIN

FOLHA DE S.PAULO

Greve afeta 12 aeroportos do Brasil nesta quarta-feira das 6h às 8h

Pilotos e comissários entram em greve das 6h às 8h (horário de Brasília) em 12 aeroportos nesta quarta (3).

JOANA CUNHA - DE SÃO PAULO

As empresas não dão estimativas precisas de quantos voos devem ser afetados, pois não só as decolagens marcadas para o horário sofrerão atraso como os destinos em sequência das aeronaves. O SNA (sindicato dos aeroviários) revisou de 300 para 200 sua estimativa do número de voos que podem ser impactados, segundo seu vice-presidente Rodrigo Spader. Embora tenha dito anteriormente que a greve poderia invadir o Carnaval, a entidade retificou ontem que, caso os empregadores não aceitem as demandas da categoria, a greve pode avançar pelos dias seguintes, mas deve haver uma trégua no feriado.

Ainda na tarde de ontem, o Tribunal Superior do Trabalho concedeu liminar pedida pelo Sneia (sindicato das empresas aeroviárias) determinando que sejam mantidos 80% dos aeronautas e aeroviários em serviço a partir desta quarta-feira e durante o período do Carnaval, enquanto durar a greve. Executivos do setor afirmam que o impacto real da greve só poderá ser conhecido na manhã de hoje e dependerá da adesão, pois, na ausência de um único tripulante, um voo não pode decolar, ainda que todo o restante da equipe esteja presente. A recomendação do setor aos passageiros foi que procurassem as companhias para tentar remarcar seus voos.

A TAM liberou taxas de remarcação e a Gol procurou passageiros com mensagens e ligações para viabilizar as remarcações ou reembolso. A Azul não se pronunciou. A categoria reivindica reajuste com reposição da inflação de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, 11% retroativo à data-base. Segundo a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), as empresas são responsáveis pela prestação de assistência decorrente dos transtornos gerados pela greve, como alimentação, comunicação e hospedagem.

Informe DESIN

RAIO-X DA GREVE

Quais aeroportos serão afetados?

Congonhas, Guarulhos e Viracopos (SP), Santos Dumont e Galeão (RJ), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Brasília (DF), Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE)

Qual é o horário da greve?

Os trabalhadores anunciaram a interrupção de decolagens entre as 6h e as 8h (horário de Brasília) desta quarta-feira (3)

O que o passageiro deve fazer?

Entrar em contato com a companhia aérea. Segundo a Abear (entidade do setor), passageiros com partidas marcadas para o horário da paralisação podem alterar os planos de viagem para outro horário ou uma nova data.

Quem mantiver os planos de viagem deve fazer o check-in antecipadamente e dar preferência aos canais eletrônico, como os sites das companhias, os aplicativos e totens de autoatendimento nos aeroportos

Quais são os direitos do passageiro?

Segundo a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), as empresas devem informar sobre atrasos e cancelamentos, além de oferecer facilidade de comunicação (ligação telefônica, internet e outros) para atrasos superiores a uma hora.

Também tem de oferecer alimentação em caso de atrasos superiores a duas horas e acomodação e traslado para atrasos superiores a quatro horas.

A Anac também recebe reclamações pela internet ou pelo telefone 163.

(Fonte: Folha SP – dia 03/02/2016).

InformeDESIN

DIÁRIO DE S. PAULO

DIÁRIO DE S. PAULO - QUARTA-FEIRA / 3 DE FEVEREIRO DE 2016

7

dia a dia aposentados ECONOMIA

Mudanças na Previdência fará segurado adiar a aposentadoria

Governo pretende apresentar nos próximos dias novidades que vão atingir, principalmente, mulheres e servidores

Thâmara Kaoru
thamarak@diariosp.com.br

Os segurados do INSS que vão se aposentar nos próximos anos deverão enfrentar mudanças na Previdência Social e precisam ficar atento às novas regras para se planejar.

O governo pretende apresentar, ainda neste mês, em um fórum de discussão, proposta de unificar as regras das aposentadorias para homens, mulheres e servidores públicos. Hoje, eles têm exigências diferentes para garantir o benefício.

As mulheres, por exemplo, se aposentam cinco anos mais cedo ou com cinco anos a menos de pagamentos ao INSS do que os homens. Porém têm mais longevidade e, por isso, o período de pagamentos é maior.

Na aposentadoria por tempo de contribuição, a idade média para elas é de 52 anos e a expectativa é que vivam 30,4 anos a mais, segundo o IBGE. Para o homem, nessa mesma faixa, a perspectiva é de 26,1 anos.

A defesa, portanto, é de que haja uma idade mínima para todos que pedirem a aposentadoria, de 65 anos.

Outra mudança esperada é transformar a fórmula 85/95 em regra de acesso à aposentadoria, o que resultaria no fim do fator previdenciário.

Para o advogado Rômulo Saraiva, a extinção do fator vai prejudicar, principalmente quem sempre contribuiu pelo salário-mínimo.

Pela regra atual, assim que se completa 30 anos de contribui-

ção, no caso das mulheres, e 35 anos, no dos homens, já é possível pedir o benefício. Como sempre se pagou sobre o mínimo, esse será o valor de sua aposentadoria. Porém, com a 85/95 como regra de acesso, essas pessoas terão de pagar até se chegar à pontuação (que soma a idade e o tempo de recolhimentos) para ter o mesmo valor de benefício.

Outra desvantagem está para os que chegam ao índice maior do 1º fator e não conseguem mais aumentar o que se recebe no fim do mês.

O consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim defende as mudanças. Para ele, o ideal é que a pontuação da fórmula 85/95 chegasse a 105, sem distinção entre homens e mulheres.

Ele acha não ser possível fazer uma reforma só para quem está entrando agora no mercado, como chegou a ser cogitado pelo governo, pois demoraria muito para trazer impactos positivos. Para Rolim serão necessários cerca de 30 anos para o efeito das propostas.

Ontem, em discurso no Congresso (leia mais na página 21), a presidente Dilma Rousseff voltou a afirmar a necessidade de uma reforma previdenciária. "Em 2050 teremos uma população em idade ativa similar à atual. Já a população acima de 65 anos será três vezes maior", afirmou a petista.

Segundo ela, será levada em consideração a expectativa de direito e haverá um período adequado de transição.

Campo minado

O que o governo quer

- » Homens, mulheres e servidores devem atingir os mesmos requisitos para se aposentar
- » Para isso, seria fixado um limite mínimo de idade a todos, que pode chegar a 65 anos

Como é hoje

Pelo fator previdenciário

É preciso ter pago ao menos durante:

30 anos para mulheres

35 anos para homens

Não há idade mínima



Pela fórmula 85/95

A soma da idade com o tempo de contribuição deve chegar a:

85 pontos no caso das mulheres

95 pontos no caso dos homens

Ainda é necessário ter feito pagamentos ao INSS por ao menos 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens)

Por idade

Ao menos

60 anos para as mulheres

65 anos para os homens

Na maioria dos casos são exigidos 15 anos de contribuição

Servidores

É preciso ter, no mínimo:

55 anos para as mulheres

60 anos para os homens

85/95 como regra de acesso e fim do fator

Outra proposta é usar a fórmula como regra única. Assim, não seria necessário ter o fator previdenciário, índice usado para diminuir o benefício de quem se aposenta cedo

salário-mínimo
» Hoje, assim que completa o tempo mínimo de contribuição, essas pessoas podem se aposentar. Se essa proposta valer, o segurado terá de pagar o INSS por mais tempo
» Quem atinge o fator maior do que 1 e aumenta o benefício também sai perdendo

O que enfrentar

» O fim do fator irá prejudicar, principalmente, quem sempre contribuiu

Fontes: Especialistas e Previdência

Aliquota maior para os MEIs

A proposta é que os microempreendedores individuais contribuam com mais O faturamento passaria de R\$ 60 mil para R\$ 120 mil ao ano As alíquotas de recolhimento poderão variar entre 8% e 11%

Como é hoje

O MEI contribui com 5% sobre o salário-mínimo



InformeDESIN

10

dia a dia

sindical

ECONOMIA

Greve paralisa hoje aeroportos de SP durante duas horas

Congonhas e Guarulhos estão entre os 12 terminais atingidos durante duas horas pelos aeroviários e aeronautas. Previsão é de afetar ao menos 200 voos

Maria do Carmo Caçador
maria.cacador@diariosp.com.br

Aeroviários (atendeantes e pessoal de operações) e aeronautas (pilotos e comissários) iniciam hoje, a partir das 6h, uma paralisação em 12 aeroportos brasileiros, entre eles Congonhas (na Zona Sul da capital), Cumbyba (Guarulhos) e Viracopos (Campinas), em São Paulo. A greve foi programada para durar duas horas e deve prejudicar, segundo os sindicatos da categoria, cerca de 200 voos.

Os profissionais reivindicam reajuste de 11% nos salários, retroativos a dezembro. As empresas ofereceram aumentos parcelados por faixas salariais, sem retroatividade.

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou, no fim da tarde de ontem, que as duas categorias mantenham 80% do efetivo durante a greve.

“A paralisação foi toda pensada procurando respeitar esse percentual de atendimento para não prejudicar os usuários”, ressaltou o vice-presidente do SNA (Sindicato Nacional dos



Movimento em Congonhas: TRT pede que 80% dos funcionários trabalhem

Arquivo Diário/SP

Aeronautas), Rodrigo Spader.

Nos aeroportos do Rio de Janeiro, (Santos Dumont e Galeão), Brasília, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Florianópolis, Curitiba e Salvador também haverá piquetes.

Ainda pela manhã, os trabalhadores farão uma assembleia para definir a continuidade ou não do movimento.

O SNEA (Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias) respondeu, em nota, que “o setor reconhece e respeita o direito de

manifestação, mas lamenta o caminho escolhido em prejuízo aos passageiros”. A entidade ressaltou também que os empresários estarão mobilizados para minimizar os eventuais transtornos. A Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) recomenda aos passageiros com viagens no horário da greve entrarem em contato com a companhia aérea para checar a situação do voo. A relação das empresas está no site www.abear.com.br.